

BRASIL IMPÉRIO I

Colégio Naval 2020

Autor:
Prof. Marco Túlio
Aula 02

06 de fevereiro, 2020

Sumário

1. Introdução	3
2. O período joanino (1808-1821)	4
2.1. As primeiras transformações.....	4
2.2. As transformações culturais	5
2.3. A Revolução Pernambucana (1817).....	6
2.4. A política externa	7
2.5. A Revolução Liberal do Porto (1821).....	7
3. A ruptura política (1822)	8
3.1. As guerras de independência e o reconhecimento externo.....	10
4. O Primeiro Reinado (1822-1831)	11
4.1. A Constituição de 1824.....	12
4.2. A Confederação do Equador (1824).....	13
4.3. A crise do Primeiro Reinado.....	13
5. O período regencial (1831-1840).....	15
5.1. As Regências Unas	16
5.2. Revoltas do período regencial	17
A Revolta dos Malês (1835)	18
Cabanagem (1835-1840)	18
Guerra dos Farrapos (1835-1845).....	20
Sabinada (1837-1838).....	21
Balaiada (1838-1841).....	21
5.3. O golpe da maioria.....	23
5. Lista de Questões	23
5.1. Colégio Naval.....	23
6. Gabarito	31
7. Lista de Questões Comentada	32

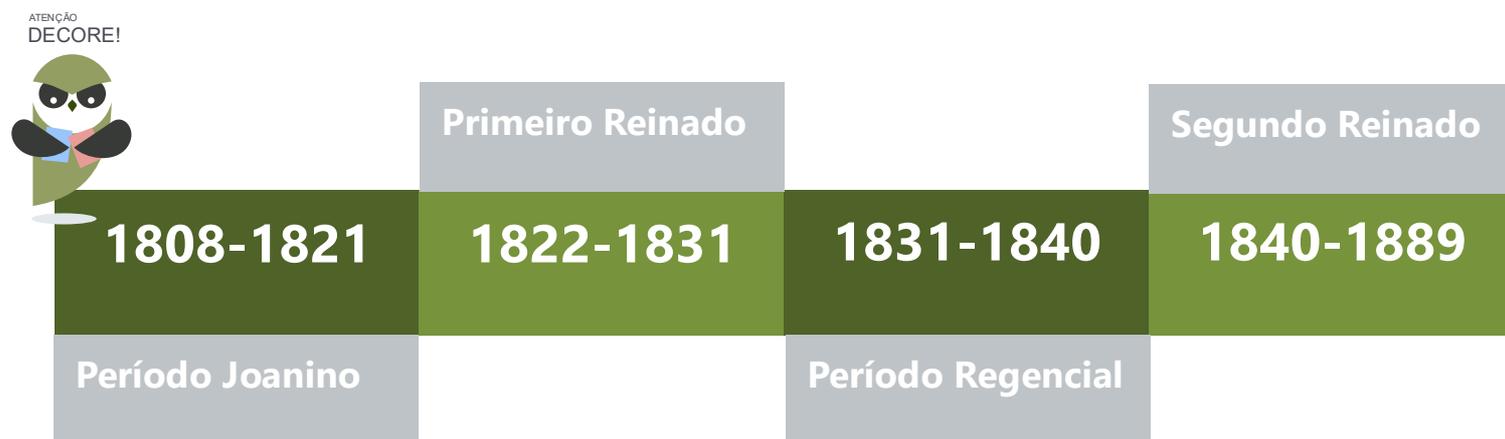


1. Introdução

Caro aluno,

Seja bem-vindo à terceira aula do nosso curso de História para o Colégio Naval 2020!

Aqui falaremos sobre três períodos decisivos para a **formação do Brasil independente**: o período joanino, o Primeiro Reinado e o período regencial. Para situá-los cronologicamente, acompanhe o esquema abaixo:



A abordagem dada pelo Colégio Naval possui grande preocupação em situar os acontecimentos que contribuíram significativamente para o **processo de emancipação política do Brasil e para a formação do Estado brasileiro**, então atenção a todos os detalhes que abordaremos aqui! Além disso, como estamos nos preparando para um processo para que você possa se tornar um oficial da Marinha, é importante nos atentarmos para o **papel das Forças Armadas ao longo do período!**

Se algo não ficar claro, não se esqueça de me procurar em nosso Fórum de Dúvidas!

Bons estudos,
Prof. Marco Túlio



2. O período joanino (1808-1821)

No início do século XIX, o continente europeu se viu ameaçado pela expansão do Império Napoleônico, que conquistou diversos territórios e destronou diversos reis absolutistas. Marinha britânica parecia ser o único obstáculo para a consolidação do poderio francês, o que levou o imperador a decretar, em 1806, o **Bloqueio Continental**, fechando o continente europeu à Inglaterra. Com isso, ele objetivava sufocar a economia inglesa, e consequentemente, sua supremacia.

Para Portugal, país economicamente dependente dos ingleses, o cumprimento do Bloqueio Continental poderia representar sua falência, além de colá-lo a mercê de uma possível represália dos aliados comerciais. Por outro lado, ignorá-lo significaria uma declaração de guerra contra a França. Naquele momento, quem ocupava o trono português era **D. João**, regente de Portugal desde que sua mãe, D. Maria I, passou a sofrer de um transtorno mental.

Diante da indecisão do governante de Portugal, Napoleão enviou tropas para invadir o país, comandadas pelo general Junot. Sem condições de resistir ao ataque D. João tomou uma atitude radical: **transferir a Corte portuguesa para o Brasil**, com o apoio tático dos ingleses. Com isso, ele se tornaria o primeiro monarca europeu a pisar nas Américas.

A fuga da Corte, em novembro de 1807, trouxe importantes consequências para o Brasil, na medida em que **preparou o caminho para a independência do domínio português**, ainda que isso tenha sido acompanhado do aumento da dependência econômica em relação à Inglaterra.



Figura 1 - Debret, Jean Baptiste, 1768-1848. D. João, coroado imperador no Brasil. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

2.1. As primeiras transformações

Ao final de janeiro 1808, quando a Corte aportou em Salvador, D. João decretou a **abertura dos portos às nações amigas**, o que extinguiu o monopólio colonial português (pacto colonial) e concedia liberdade comercial para os comerciantes luso-brasileiros instalados na Colônia. No mesmo ano, o governante decretou a **extinção do Alvará de 1785**, que até então limitava a instalação de manufaturas no Brasil.

Já em 1810, quando a Corte se instalou permanentemente no Rio de Janeiro, D. João assinou **dois tratados que favoreceram economicamente a Inglaterra: o de Amizade e Aliança e o de Comércio e Navegação**. Este reduziu para 15% a taxa alfandegária sobre os produtos importados da Inglaterra, enquanto os produtos portugueses pagavam 16% sobre seu valor, e os das demais nações, 24%. Com isso, verificou-se uma **“britanização da economia”** brasileira, afinal os portos foram abarrotados de produtos ingleses, tais como sapatos, tecidos, talheres e até patins de gelo e grossos cobertores!



Embora a revogação do Alvará de 1785 dava concedia liberdade industrial para o Brasil, o favorecimento dado aos itens manufaturados importados da Inglaterra representou um empecilho para que este processo se concretizasse. Além disso, a falta de capital para se investir em máquinas e a carência de mão-de-obra especializada também contribuíram negativamente.

Os acordos mencionados também estabeleceram o direito de extraterritorialidade, ou seja, que os ingleses radicados no Brasil não se submeteriam às leis portuguesas, além de garantir-lhes liberdade religiosa, já que muitos eram protestantes. Com isso, o rei garantia que os ingleses teriam certos privilégios em relação aos seus súditos luso-brasileiros.

2.2. As transformações culturais

Quando a Corte joanina alcançou o Rio de Janeiro, a cidade não tinha mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos. Para abrigar os recém-chegados, foi decretada a Lei das Aposentadorias, exigindo que os proprietários das melhores edificações as desocupassem. As fachadas dos prédios escolhidos eram marcadas com a sigla PR, que significa “príncipe real”, mas entre o povo, aquelas letras significavam “ponha-se na rua” ou mesmo “prédio roubado”.

Para formar funcionários qualificados na nova sede do Império, D. João criou novas instituições de ensino, como a Escola Superior de Matemática, Ciências, Física e Engenharia, a Escola Médico-Cirúrgica e a Escola de Comércio e Administração. Também foi criado o **Banco do Brasil**, que garantiu a concessão de recursos para novos investimentos, e a **Imprensa Régia**, que editava o primeiro jornal publicado em terras brasileiras, a Gazeta do Rio de Janeiro. Embora essas publicações mantivessem um tom elogioso à Corte, em Londres, o brasileiro Hipólito José da Costa daria início à publicação do *Correio Braziliense*, por meio do qual fazia forte oposição ao caráter absolutista do governante.

O período joanino também foi marcado pela vinda de diversos artistas, como Nicolas-Antoine Taunay, Jean Baptiste Debret, Auguste-Marie Taunay, entre outros. Muitos deles mantiveram-se vinculados a Napoleão Bonaparte, e após a restauração dos Bourbon na França, embarcaram rumo ao Brasil para oferecer seus serviços ao príncipe regente.

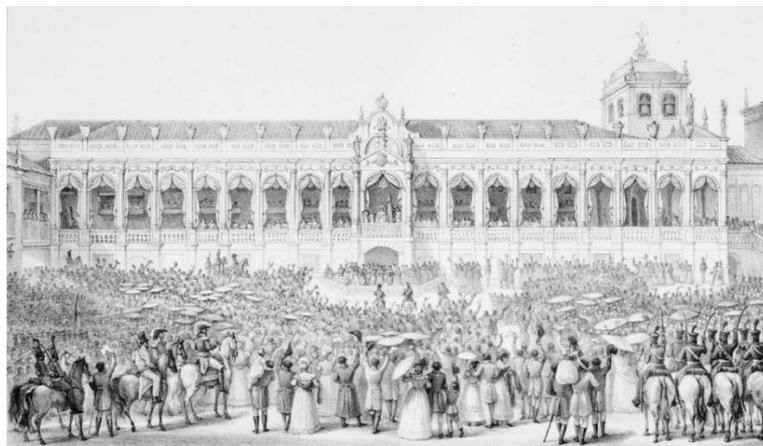


Figura 2 - Vista exterior da Aclamação de D. João VI, por Jena-Baptiste Debret. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.



Criando a nobreza da terra

Os comerciantes que já moravam no Rio de Janeiro, a maioria deles portugueses, não aceitaram de bom grado a presença dos compatriotas que, privilegiados pela Coroa, foram ocupando seus lugares. O governo percebeu que precisava amenizar tensões, atraindo os negociantes lesados bem como os proprietários de terra locais. E, para tanto, nada como um título de nobreza ou outra distinção. Desse modo, sem perda de tempo, foi criado o Registro Geral das Mercês e, em 1810, a Nobre Corporação dos Reis de Armas — para bem organizar o nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras. D. João concedeu, até seu retorno a Portugal, em 1821, nada menos que 235 títulos: onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões. Isso sem contar a instauração da Ordem da Espada e dos títulos de grã-cruz, comendador e cavaleiro. Nesse quesito, o príncipe fez 2630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da Ordem de Cristo; 1422 da Ordem de São Bento de Avis e 590 da de Santiago. Assim, ao lado da nobreza titulada fora do país, surgia, aos poucos, uma nobreza da terra, ávida pelos mesmos símbolos de distinção. Agora era chegado o momento de efetuar os ajustes necessários para o funcionamento da máquina administrativa na nova sede.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letas, 2016.

2.3. A Revolução Pernambucana (1817)

O governo joanino também foi marcado pela eclosão de um movimento emancipacionista em 1817, a Revolução Pernambucana. A nova sede da Corte demandou um **aumento dos impostos** cobrados em todo o Brasil, o que levou a insatisfação de setores de Pernambuco.

A região havia passado por uma grave seca em 1816, o que trouxe prejuízos à classe produtora e fome para a população menos abastada. Somado a isso, houve uma queda dos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional, o que afetou os interesses econômicos das elites locais.

Mobilizados por ideias liberais, os rebeldes derrubaram o governo local, criando um governo provisório composto por representantes das classes proprietárias, do clero e do comércio. Foi elaborada uma Lei Orgânica para a regulação do novo governo **republicano**, nos quais estavam contidos os seguintes princípios:



- liberdade de consciência;
- liberdade de imprensa;
- tolerância religiosa;

A escravidão não foi questionada pelo documento, afinal ela respondia aos interesses econômicos de lideranças abastadas da Revolução Pernambucana. Diante da ameaça da expansão do movimento para o Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, D. João enviou tropas, armas e navios, derrotando os rebeldes em maio de 1817. Líderes como Teotônio Jorge, padre Pedro de Souza Tenório, Antônio Henriques e José de Barros Lima foram condenados à morte.

Figura 3 - A atual bandeira Pernambucana foi confeccionada pelos rebeldes da Revolução Pernambucana. Fonte: Fundação Astrojildo Pereira.

2.4. A política externa

A política externa da Corte joanina foi pautada por represálias à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Em 1809, o príncipe-regente ordenou a **ocupação de Caiena (Guiana Francesa)**, que permaneceu vinculada ao Império português até 1815.

Os interesses da Coroa portuguesa em garantir sua influência sobre a região platina voltaram-se a manifestar em 1811, quando D. João ordenou uma intervenção militar na região alegando temer uma possível ocupação dos franceses, afinal a Espanha havia sido anexada pelo Império napoleônico. Em 1816, logrou êxito em anexar a região correspondente ao atual Uruguai, denominada **Província Cisplatina**.

2.5. A Revolução Liberal do Porto (1821)

Apesar da derrota definitiva de Napoleão, D. João não dava sinais de que retornaria para Lisboa. Em 1815, o **Congresso de Viena**, organizado pelas potências que derrotaram o Imperador francês, estabeleceu que o princípio da legitimidade, ou seja, que todos os soberanos depostos pela Revolução Francesa deveriam reocupar seus tronos. Para atender tal exigência, o príncipe regente **elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves**, fazendo com que o território americano passasse a ter o mesmo *status* que Portugal – ou seja, adquiria **autonomia administrativa**. No ano seguinte, devido à morte de D. Maria I, foi coroado D. João VI.

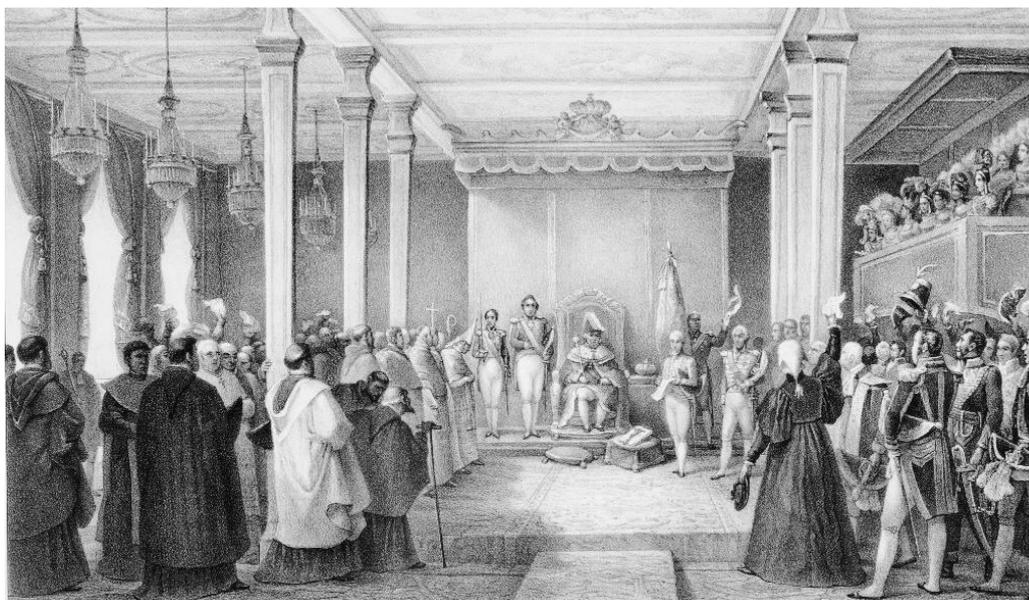


Figura 4 - Aclamação do rei D. João VI no Rio de Janeiro, por Jean Baptiste Debret, 1839.

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

A permanência de D. João VI no Brasil causava grande desconforto aos súditos portugueses, que se sentiam abandonados pelo seu monarca e inferiorizados pela preferência dada para a Colônia. Após a expulsão dos franceses, Portugal passou a ser governado por um inglês, lorde Beresford.

Inspirados pelas ideias do Iluminismo, em agosto de 1824 eclodiu a Revolução Liberal do Porto, movimento que exigia o retorno do rei para Portugal e a convocação das Cortes portuguesas para a criação de uma Constituição. Em outras palavras, buscavam o **fim do absolutismo**.

O debate das ideias políticas que envolviam a Revolução Liberal não ficou restrito à antiga metrópole. Por meio de panfletos, folhetins e jornais, muitos brasileiros se engajaram na disputa entre “corcundas”, apelido dado aos defensores do Antigo Regime, e constitucionais. Manifestações de apoio aos revolucionários de Porto partiram do Pará e Bahia, províncias que nutriam laços firmes com Portugal. Em abril de 1821, D. João VI decidiu retornar para Lisboa, deixando como regente D. Pedro. Muitos portugueses favoráveis às decisões das Cortes passaram a se mobilizar o Brasil, formando o chamado “Partido Português”.

3. A ruptura política (1822)

Enquanto D. Pedro tentava governar o Brasil após o esvaziamento dos cofres públicos por D. João VI, em Portugal iniciavam os preparativos para a criação de uma nova Constituição. Entre os deputados da colônia que participaram das reuniões das Cortes em Lisboa, ficou claro que os lusos almejavam retomar a hegemonia política de todo o Império, impedindo os brasileiros de conservar um governo próprio. Em outras palavras, o fim do período joanino nos trópicos parecia sinalizar para **uma possível recolonização do Brasil, em decorrência da perda de autonomia administrativa e da liberdade econômica**.

Em 29 de setembro de 1821, as Cortes exigiram o retorno do príncipe regente para Portugal, mas este foi convencido a permanecer no Brasil pelas elites locais. A ideia de independência ganhava força entre as elites do Rio de Janeiro e de São Paulo, dispostas a manter a forma monárquica de governo para conservar a unidade territorial e os privilégios e a autonomia comercial conquistados a partir do período joanino.

Os defensores da permanência do príncipe regente integravam o chamado **Partido Brasileiro**. Não se trata de um partido político como entendemos hoje, mas uma corrente de opinião que incluía lideranças como **José Bonifácio**, principal articulador da independência, Gonçalves Ledo e o baiano Cipriano Barata. Eles tinham visões distintas quanto ao novo país, mas se reuniam em alguns momentos em favor da independência do Brasil.

A maçonaria e a independência

Em 1822, a maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à independência, mas uma delas, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, defendia ideias republicanas. A outra, de José Bonifácio de Andrada e Silva, acreditava que a solução era manter D. Pedro como imperador em regime de monarquia constitucional. Esses dois grupos disputaram o poder de forma passional, envolvendo prisões, perseguições, exílios e expurgos, como já se viu no capítulo “O trono e a constituinte”.

Por curiosidade e interesse em vigiar e controlar as diversas correntes políticas da época, D. Pedro participou ativamente das duas facções. Frequentava as lojas do grupo de Gonçalves Ledo reunidas no Grande Oriente do Brasil, mas também esteve na fundação do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, dissidência liderada por José Bonifácio.

GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

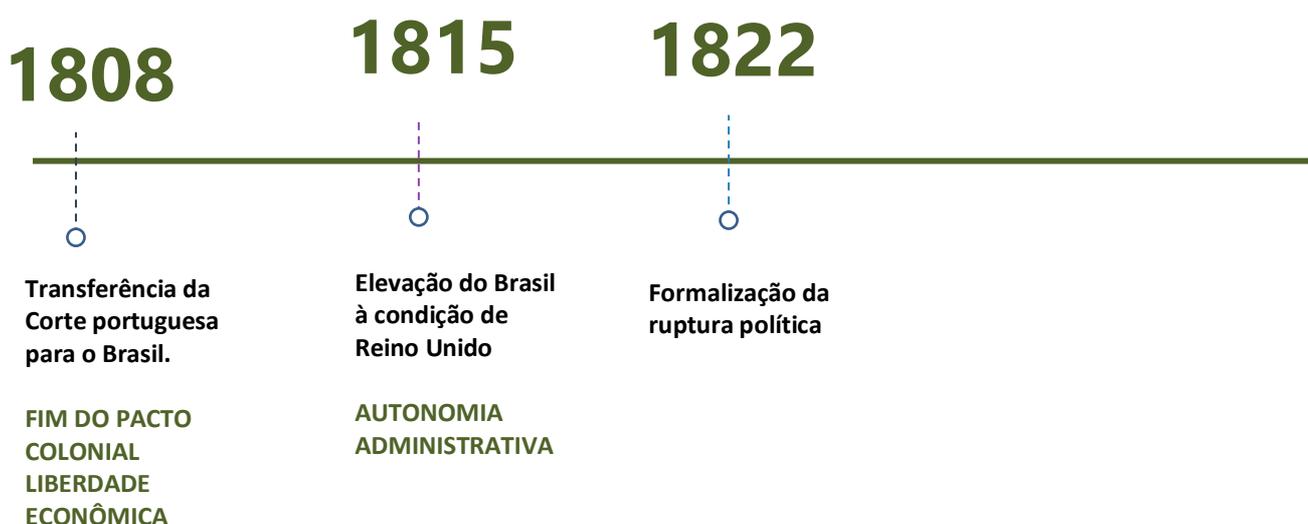


Em janeiro de 1822, o Partido Brasileiro redigiu um abaixo-assinado, no qual mais de 8 mil brasileiros assinaram em favor da permanência de D. Pedro. Ao recebê-lo, ele teria dito: "*Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico*". Com isso, o episódio ficou conhecido como o **Dia do Fico**.

No mesmo mês, D. Pedro nomeou Bonifácio Ministro do Reino e dos Estrangeiros, tornando-o o primeiro brasileiro a assumir o cargo. O Partido Brasileiro também redigiu um abaixo-assinado, no qual mais de 8 mil brasileiros assinaram em favor da permanência de D. Pedro. Ao recebê-lo, ele teria dito: "*Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico*". O episódio ficou conhecido como o **Dia do Fico**.

Em maio de 1822, os conflitos entre D. Pedro e as Cortes se acirraram com o a decisão do regente de que as decisões das últimas só seriam executadas mediante um "Cumpra-se" assinado por ele. No dia 13, o Senado concedeu ao príncipe regente o título de Defensor Perpétuo do Brasil, entregue por José Clemente Pereira.

Em 7 setembro de 1822, guiado pelas circunstâncias e aconselhado por José Bonifácio e a imperatriz Leopoldina, D. Pedro rompeu definitivamente com os laços com o Portugal. Com isso, deu continuidade ao lento processo de emancipação política iniciado em 1808, com a vinda da Família Real. Em 12 de outubro, D. Pedro foi aclamado, e em 1º de dezembro, coroado imperador constitucional do Brasil.



Cabe destacar que a ruptura política de 1822 não foi acompanhada de transformações na ordem social ou econômica do Brasil, afinal seus articuladores, especialmente grandes proprietários de terra e grandes comerciantes, almejavam a garantia da autonomia administrativa e a manutenção da liberdade econômica. Com isso, não se buscava a democratização das decisões, a alteração da ordem escravista ou da grande propriedade.



3.1. As guerras de independência e o reconhecimento externo

A ruptura formal com o Estado Português não representou a consolidação da independência. A ideia de que este processo teria sido pacífico trata-se de um mito, afinal as guerras pela independência duraram 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro de 1823, deixando um saldo de pelo menos 2.000 de mortos por todo o Brasil.

Nas regiões Norte e Nordeste, bem como na Cisplatina, tropas portuguesas ameaçaram a consolidação do novo Estado brasileiro. No Piauí, pelo menos 200 brasileiros foram abatidos na sanguinária Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823. Outras províncias, tais como o Grão-Pará, o Maranhão e o Alagoas, mantiveram-se fiéis às cortes de Lisboa inicialmente.

Os recursos militares para garantir a independência eram poucos. D. Pedro contava com poucos e obsoletos navios de guerra e canhões, enquanto os portugueses tinham o dobro de armamentos. Faltavam também os oficiais leais para comandar as embarcações, o que levou D. Pedro a recrutar mercenários estrangeiros.

Em abril de 1823, a Esquadra Brasileira estava constituída por uma nau, quatro fragatas, duas corvetas, três brigues-escunas, doze escunas, vinte navios-transportes e canhoneiras¹. A convite do governo brasileiro, ela passou a ser comandada pelo oficial inglês **Thomas Cochrane**. Em março, ele partiu para Salvador, cidade que contava com tropas fiéis a Portugal lideradas pelo general Madeira de Melo.

Enquanto o Exército cercou a cidade por terra, enfrentando os portugueses na famosa Batalha do Pirajá, a Esquadra brasileira cortou seu abastecimento com suprimentos trazidos por navios vindos de Portugal. Com isso, em 2 de julho de 1823, os portugueses resolveram abandoná-la e retornar para a Europa. No Maranhão, Cochrane desarticulou a Junta governativa que resistia ao processo de independência, ao passo que no Grão-Pará, a resistência foi vencida pelo capitão-tentente Grenfell, em agosto de 1823.

Na província Cisplatina, o chefe militar D. Álvaro Macedo comandou as forças contrárias à independência, o que levou à violentos combates com a Força Naval Brasileira em outubro de 1823. Atacando por terra e por mar, as forças brasileiras conseguiram formar um cerco que levou o último foco de resistência.



Figura 5 - Thomas Cochrane, comandante da Marinha brasileira.

¹ MARINHA DO BRASIL. História. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/historia-0>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Além da dificuldade interna no reconhecimento da Independência, também era preciso obtê-lo de outros países. Os Estados Unidos foram os primeiros a fazê-lo, enquanto Portugal só fez o mesmo mediante pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas pelo Brasil, formalizado em um acordo mediado pela Inglaterra. Para pagá-la o governo recorreu a um empréstimo com a própria Inglaterra, em 1825.

4. O Primeiro Reinado (1822-1831)

A presença de D. Pedro I no processo de Independência garantiu a estabilidade política e a unidade territorial, duas preocupações que guiaram a ação das elites políticas no Brasil. Por outro lado, o medo da recolonização era constante, assim como a desconfiança quanto as reais inclinações políticas do monarca.

A organização do novo Estado ficou a cargo da Assembleia Constituinte, oficialmente instalada em 3 de maio de 1823. Todos os deputados eleitos eram favoráveis ao direito à cidadania plena apenas para os proprietários, assim como a maioria também não chegou a contestar a **manutenção da escravidão** no novo país.

Uma questão mais controversa era sobre o lugar da **soberania** no novo país. Para o grupo de José Bonifácio, chamado por alguns historiadores de conservadores, a soberania deveria ser partilhada entre os cidadãos-proprietários e o Imperador. Já para o deputado Gonçalves Ledo e outros brasileiros, ela deveria ficar restrita ao Parlamento. Por fim, um terceiro grupo, encabeçado por portugueses, acreditava que a soberania deveria ficar concentrada nas mãos do Imperador, além de não descartarem a reunificação entre Brasil e Portugal.

Outra grande polêmica era a posição do poder central diante das províncias. Naquele momento, o Imperador passou a nomear os presidentes de província, algo que foi encarado como ação despótica por políticos de algumas partes do Nordeste, de São Paulo e de Minas Gerais.

A aproximação de D. Pedro I de cortesãos e políticos naturais da antiga metrópole (Partido Português) provocou isolamento do grupo de Bonifácio, afastado do ministério em julho de 1823. No entanto, o político e seus irmãos continuaram a condenar a aproximação do monarca e portugueses na Assembleia e no jornal *Sentinela da Liberdade*. Crescia o **antilusitanismo**² entre brasileiros, que acusavam adversários de traidores da nova Nação.



Figura 6 - José Bonifácio, S. A. Sisson, 1861.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

² Aversão aos portugueses.

O primeiro projeto constitucional da Assembleia, organizado pelo irmão de José Bonifácio, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ficou pronto em 1823. Dentre suas principais características, pode-se destacar os seguintes pontos:

- **Proibição dos portugueses de ocuparem cargos públicos**, o que mostrava o caráter antilusitano dos deputados;
- **A limitação dos poderes do imperador**, que não teria a atribuição de dissolver o Parlamento. Além disso, as Forças Armadas passariam a responder o Legislativo;
- **Introdução do voto censitário**, limitando a participação política aos cidadãos-proprietários. A eleição se daria em dois graus: no primeiro, composto por eleitores de paróquia, era preciso comprovar renda mínima de 150 alqueires de mandioca. Eles elegiam os eleitores de província, cuja renda mínima exigida era de 250 alqueires. Por fim, estes elegiam os candidatos a deputados e senadores, que precisavam comprovar renda mínima equivalente a 500 e 1000 alqueires de mandioca, respectivamente. A forma de medição de renda a partir deste produto buscava afastar o radicalismo das camadas populares e também o Partido Português, que por prevalecer na atividade comercial, não tinha condições de comprovar renda em alqueires de mandioca. Devido a isso, o projeto ficou conhecido como **Constituição da Mandioca**.

Na noite do dia 11 para 12 de novembro de 1823, a Assembleia permaneceu em sessão permanente após portugueses espancarem um farmacêutico brasileiro, episódio que ficou conhecido como **Noite da Agonia**. A cobrança do Legislativo de explicações do Imperador foi o suficiente para D. Pedro se enfurecer, mandar cercar o prédio onde se encontravam os deputados e dissolver o órgão responsável por elaborar a Carta constitucional. Na mesma ocasião foram presos os irmãos Andrada, que partem para o exílio.

4.1. A Constituição de 1824

Com o apoio de adversários do grupo de Bonifácio, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição em 25 de março de 1824. Embora não divergisse de muitos elementos existentes no projeto constitucional discutido entre parlamentares anteriormente, ela trazia uma grande diferença: além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, era introduzido um quarto poder, o **Moderador**, de competência exclusiva do imperador. Por meio dele, o monarca interferia nos demais poderes, nomeando e demitindo ministros e presidentes de província, dissolvendo a Câmara dos Deputados, escolhendo juizes e senadores e se comprometendo com certas atribuições de Justiça.

A forma de governo se definia como uma **monarquia hereditária e constitucional**, com a **administração centralizada no Rio de Janeiro**. Já o sistema eleitoral funcionava com dois graus: para participar das eleições de paróquias e províncias, o eleitor deveria dispor de renda anual de 100 e 200 mil réis, respectivamente. Para ser eleito deputado, era preciso comprovar renda anual de 400 mil réis, e para senador, de 800 mil réis. Prevalecendo o **voto censitário**, eram excluídos de participação os homens menores de 25 anos e os com renda mínima anual inferior a 100 mil réis, mulheres, indígenas e escravos.



O catolicismo foi mantido como religião oficial do Brasil, sendo as relações entre Igreja e Estado mediadas por meio do regime de **Padroado**. Com isso, os clérigos eram pagos pelo Estado, como se fossem funcionários públicos. Em troca, o imperador poderia nomear sacerdotes de vários cargos e autorizar ou não a aplicação dos decretos papais, conhecidos como bulas.

Apesar do padroado, a liberdade de culto foi assegurada pelo novo Estado, o que mostra a **influência do liberalismo** em sua elaboração. As elites políticas também tiveram assegurados os direitos à liberdade de imprensa e opinião, o direito a defesa e o direito à propriedade. A escravidão, por outro lado, não foi sequer debatida pela Constituição de 1824.

4.2. A Confederação do Equador (1824)

O autoritarismo de D. Pedro I, manifestado com a imposição da Constituição de 1824, provocou reações em Pernambuco, onde eclodiu uma revolta denominada **Confederação do Equador** (1824). Um de seus principais líderes, o frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rebelo, o Frei Caneca, dizia que o poder moderador era “a chave-mestra da opressão da Nação Brasileira”. Outro líder do movimento era o jornalista baiano Cipriano Barata, que havia participado da Conjuração Baiana, da Revolução Pernambucana e da Independência do Brasil.

Os rebeldes buscavam a implantação de uma **República federalista**, ou seja, com maior autonomia para as províncias. Também defendiam o fim do tráfico de escravos, o que estimulou a participação de homens livres e pobres. As províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande Norte.

Temendo a fragmentação do território, o governo central combateu violentamente a Confederação do Equador, condenando Frei Caneca à morte por enforcamento, e quando ninguém se dispôs a aplicá-la, por fuzilamento. A brutalidade empregada na contenção do movimento contribuiu para o desgaste da figura de D. Pedro I, tido como liderança autoritária.

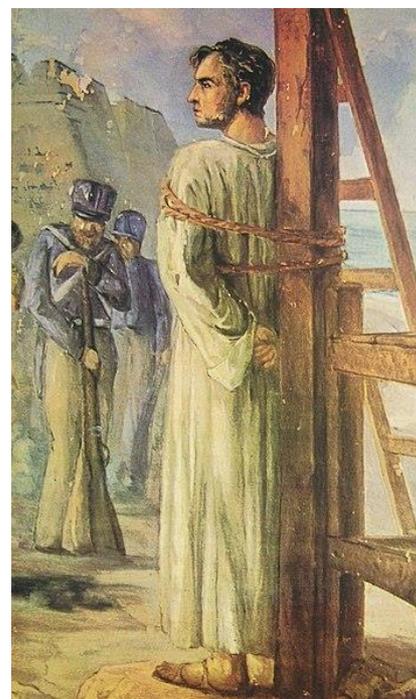


Figura 7 - A execução de Frei Caneca, por Murillo La Greca, 1924.

4.3. A crise do Primeiro Reinado

Outro conflito que eclodiu no interior do país foi a **Guerra da Cisplatina**. Situada no extremo-sul do território, a província havia sido anexada ao Brasil por D. João VI, em 1816, devido a sua importância geoestratégica na bacia do Rio da Prata, afinal ela se situa na região de foz.

Em 1825, a província deu início a um conflito pela sua independência, apoiada recebendo apoio da Argentina devido à sua pretensão de anexá-la. O conflito se estendeu até 1828, sendo um dos fatores que contribuiu para a crise política do Primeiro Reinado devido aos altos recursos gastos empregados para manter uma localidade que não possuía nenhuma identidade cultural com as demais do Brasil. Uma vez independente, a Cisplatina passou a se chamar **República Oriental do Uruguai**.

Desde as lutas pela independência, em 1822, os jornais ocuparam um papel de destaque na mobilização das correntes políticas. Em novembro de 1830, um dos mais ardorosos adversários de D. Pedro I na imprensa, o jornalista Líbero Badaró, foi assassinado por partidários da monarquia, o que gerou comoções em todo o país. Quando o imperador visitou Ouro Preto, na província de Minas Gerais, foi friamente recebido pelos seus habitantes, que homenagearam a memória do falecido. O **autoritarismo** do governante passava a ser criticado por cada vez mais setores.

De volta ao Rio, os partidários de D. Pedro, chamados de “pés-de-chumbo”, resolveram organizar uma recepção de apoio, mas sofreram a reação dos brasileiros (“pés-de-cabra). Em março de 1831, os dois grupos se atacaram nas ruas do Rio de Janeiro, em um episódio que ficou conhecido como **Noite das Garrafadas**.

A crise política foi agravada em 1826, quando morreu em Portugal D. João VI e o início da **crise sucessória** naquele país.. Embora D. Pedro I tivesse renunciado do trono português ao ser coroado imperador do Brasil, o temor pela recolonização se agravava, especialmente após ele cogitar o envio de tropas brasileiras para lutar pelo trono em favor de sua filha, Maria da Glória, que havia sido golpeada pelo tio D. Miguel. Irmão de D. Pedro, D. Miguel havia se comprometido a ser regente de sua sobrinha, mas usurpou o trono para si.

Para conter as manifestações contra sua figura, D. Pedro I formou o Ministério Brasileiro, mas isso não foi o suficiente. Poco tempo depois, em 5 de abril de 1831, ele o dissolveu, organizando um ministério de caráter absolutista, que ficou conhecido como Ministério dos Marqueses.

A troca gerou manifestações do povo e do Exército nas ruas do Rio de Janeiro, que forçaram D. Pedro I a abdicar em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que contava com 5 anos de idade. Isolado e sem apoio, ele abdicou em **7 de abril de 1831**, partindo para Portugal para lutar pelos direitos sucessórios de sua filha e contra o irmão, D. Miguel. Para alguns historiadores, a abdicação encerrava o processo de independência iniciado em 1808, afinal sepultava a força do Partido Português no Brasil.



Figura 8 - Aclamação de D. Pedro de Alcântara por populares, no dia da abdicação de seu pai, D. Pedro I. Litografia de Thierry Frères, 1839.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

5. O período regencial (1831-1840)

Quando D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, o jovem Pedro de Alcântara contava com apenas 5 anos de idade. Dada sua impossibilidade de assumir a condução do Império, foi seguido o que ditava a Constituição de 1824: um grupo de políticos, chamados de regentes, assumiram o governo até que o jovem príncipe atingisse a maioridade. Devido a isso, o período que vai de 1831 até 1840 ficou conhecido como **período regencial**.

Inicialmente foi formada uma **Regência Trina Provisória**, que governou o país até o momento em que a Assembleia Geral se reuniu para eleger uma nova tríade de representantes do Executivo – a **Regência Trina Permanente**. Vale destacar que como o poder moderador só poderia ser exercido imperador, ele se manteve suspenso durante todo o período.

Influenciados pela **deposição de Carlos X**, na França, pela Revolução de 1830, a abdicação de D. Pedro I também foi lida como um processo revolucionário pelos políticos brasileiros – a “Revolução do 7 de abril”. Mas o que fazer com este país que pela primeira vez seria dirigido por brasileiros?

Três projetos de Brasil ofereciam caminhos possíveis, inspirados nas ideias europeias do pós-1815:

- **Restauradores ou caramurus** → alinhados a uma vertente conservadora do liberalismo, negavam qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam a manutenção de uma **monarquia constitucional centralizada**. O grupo reunia comerciantes portugueses, militares e funcionários públicos, muitos defensores do **retorno de D. Pedro I**.
- **Liberais moderados ou chimangos** → Grupo composto pela elite agrária do país, sobretudo dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Defendiam **reformas que diminuíssem os poderes do Imperador, conferindo mais atribuições ao Legislativo e autonomia para o Judiciário**. Também discursavam em favor de direitos civis já previstos pela Constituição, nada que ameaçasse a ordem imperial. Eram monarquistas constitucionais que defendiam certa autonomia para as províncias.
- **Liberais exaltados ou jurujubas** → Reivindicavam a instauração de uma **república federativa no país**, a extensão da cidadania para todos os homens livres, o fim da escravidão e até uma espécie de reforma agrária. O grupo era formado por membros das camadas médias urbanas, o que incluía advogados, militares e jornalistas.

Os grupos políticos se enfrentavam em sessões da Câmara e do Senado, mas suas ideias também repercutiam em **jornais** do Rio de Janeiro e das províncias de todo o Império, contribuindo para alimentar reivindicações de setores da sociedade até então excluídos de participação política.

Neste período, a figura política que merece destaque é o ministro da Justiça, padre **Antônio Feijó**. Dotado de amplos poderes em seu cargo, ele foi o idealizador da **Guarda Nacional**, uma milícia composta por cidadãos votantes e criada para defender a Constituição, manter a ordem pública a unidade do Império. Ela foi a força responsável pela repressão dos movimentos rebeldes que eclodiram por todo o país no período, sendo comandadas pelos grandes proprietários locais. Com isso, o poder de mando desses indivíduos foi reforçado (mandonismo).



Outro ponto a ser ressaltado é a criação do **Código do Processo Criminal**, que garantiu maiores atribuições aos juízes de paz, magistrados eleitos pelas paróquias que passam a ter o poder de julgar, prender e soltar réus em âmbito local. O Código também estabeleceu regras para o processo eleitoral e a composição da Guarda Nacional.

Em 12 de agosto de 1834 foi aprovado o **Ato Adicional**, que introduzia certas mudanças na Constituição aprovada dez anos antes. Vejamos seus pontos mais importantes:

- criação das **Assembleias Legislativas Provinciais**, órgãos que conferiam maior autonomia das províncias em relação ao poder central – em outras palavras, era uma medida federalista, pois descentralizava a administração do Império.
- **extinção do Conselho de Estado**, órgão consultivo do Poder Moderador;
- transformação do Rio de Janeiro, sede da Corte, em município neutro;
- **adoção do modelo de regência una**, sendo estabelecido mandato de quatro anos para o cargo de regente. Por apresentar tais características, para muitos historiadores acreditam que ela representou uma “**experiência republicana**” vivenciada durante o Império.

O Ato Adicional foi fruto da conciliação entre os grupos liberais, na medida em que garantia certa descentralização administrativa por meio da criação das Assembleias Provinciais, mas também certa centralização ao adotar o modelo uno de regência. A partir deste adendo à Constituição, a classe política passou a se organizar em dois grupos:

- os **progressistas**, antigos liberais exaltados favoráveis à autonomia provincial e à descentralização política;
- e os **regressistas**, moderados e caramurus que se unem em defesa da centralização política por acreditarem que o projeto oposto ameaçava a unidade do Império.

5.1. As Regências Unas

O primeiro regente uno foi o **padre Feijó**, que exerceu seu mandato entre 1835 e 1837. Sua passagem pelo cargo foi marcada por grandes turbulências, pois no período diversas revoltas eclodiram por todo o país. Após sua saída antecipada do poder, o cargo foi ocupado por **Pedro de Araújo Lima**, líder dos regressistas.

O período que segue de 1837 até 1840 ficou conhecido como Regresso, e foi marcado pelas tentativas de findar os conflitos que assolavam o país. Para isso, Araújo Lima aprovou a **Lei de Interpretação do Ato Adicional** (1840), que diminuiu a autonomia das províncias ao retirar algumas prerrogativas de suas Assembleias. Ele também reviu a descentralização da Justiça promovida pelo Código Criminal ao estabelecer que a Polícia Judiciária fosse controlada pelo Poder Executivo Central e reduzir as competências dos juízes de paz.



Para as elites luso-brasileiras, a dirigibilidade do Império era uma empreitada extremamente arriscada nas primeiras décadas do século XIX. Éramos uma monarquia cercada de repúblicas por todo o continente – uma “*flor exótica na América*”. Diante das experiências alternativas, como garantir a unidade do Império que ainda se consolidava?

Uma outra questão se impunha à “**boa sociedade**”, grupo composto pelos cidadãos-proprietários brasileiros: como manter seu *status quo* em um território que passava por tantas mutações?

Para compreender melhor essa indagação, é preciso levar em conta o crescimento da população de escravos trazidos da África no período – somente um milhão e meio de cativos desembarcaram em terras brasileiras na primeira metade do século XIX. Fugas, ataques, assassinatos e formação de quilombos faziam do **haitianismo**, nome dado a uma possível revolução escrava, um temor constante. Além disso, o Estado proibiu a escravidão indígena, mas continuou a negar às populações nativas participação política ou autonomia sobre seus territórios.

5.2. Revoltas do período regencial

Entre 1831 e 1848, a unidade territorial foi posta à prova por diversas rebeliões que eclodiram por todo o Império. As primeiras foram movimentos de tropa e povo, ou seja, contaram com a participação de oficiais e das camadas populares. Eram levantes urbanos contra o alto custo de vida e a desvalorização da moeda, geralmente bastante hostis aos portugueses (antilusitanismo) devido à sua predominância no setor comercial de algumas partes do país.

A segunda onda de revoltas foi mais diversificada, resultado da descentralização político-administrativa legada pelo Ato Adicional (1834). A maioria delas chegou a penetrar nas matas e regiões longínquas dos centros urbanos, o que as tornava ainda mais difíceis de serem sufocadas.

A seguir encontram-se as mais importantes para a compreensão do período:

TOME
NOTA!



Conflito	Duração	Localização	Principais participantes
A Revolta dos Malês	1835	Salvador, Bahia	Escravos
Cabanagem	1835-1840	Pará	Camponeses, indígenas e escravos
Guerra dos Farrapos	1835-1845	Rio Grande do Sul	Estancieiros e charqueadores
Sabinada	1837-1838	Salvador, Bahia	Povo e tropa
Balaiada	1838-1841	Maranhão	Proprietários, camponeses e escravos.

Fonte: CARVALHO, 2012, p. 250.



A Revolta dos Malês (1835)

Na madrugada do dia 25 de janeiro de 1836, cerca de 600 escravizados africanos armados com porretes e armas brancas tomaram a cidade de Salvador. Eles usavam túnicas religiosas brancas (abadás) e amuletos com passagens do Alcorão no pescoço. Começava a maior revolta de escravos de nossa história.

A frente do levante estava a Sociedade dos Malês, nome dado a comunidade de africanos islamizados, que sabiam ler e escrever em árabe. Isso possibilitou a organização da revolta sem despertar a atenção das autoridades.

Os revoltosos seguiram o protocolo militar dos muçulmanos: não saquearam casas ou atacaram proprietários, confrontando apenas grupos armados organizados para contê-los. De acordo com um dos participantes, seu objetivo era eliminar todos os brancos e pardos da cidade, instaurando uma ordem islamizada e mantendo escravos de outras etnias na mesma condição.

Cerca de 70 rebeldes morreram em combate pelas ruas da capital baiana, enquanto outros 500 foram severamente punidos com castigos físicos, degredos, prisões ou morte. A eclosão da revolta acelerou a aprovação de um projeto de lei que condenava à morte o escravo que matasse ou ferisse senhores ou seus familiares.



Figura 9 – Escravo muçulmano, Jean-Baptiste Debret, 1835.

Fonte: Impressões Rebeldes/UFF.

Cabanagem (1835-1840)

A província do Grão-Pará, cujos limites abrangeram territórios correspondentes aos atuais Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, teve sua constituição histórica apartada das demais regiões do país. Ela foi palco de invasões francesas e holandesas durante o período colonial, levando a Coroa portuguesa a criar o **Estado do Grão-Pará e Maranhão**, em 1621. Com isso, a região passou a dispor de uma jurisdição do restante do Brasil, que por sua vez, era centralizada em Salvador.

Vimos que o processo de emancipação política do Brasil enfrentou resistências do Grão-Pará, cujos interesses econômicos fazia com que a região cultivasse mais laços com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Em 7 de janeiro de 1835, eclodiu uma revolta liderada por Antônio Vinagre e outros membros das elites locais, na qual se reivindicava maior participação nas decisões do governo central.

Com apoio de indígenas tapuios, cabanos (moradores de precárias habitações) e negros, os revoltosos tomaram o palácio em Belém e assassinaram o presidente da província. O antigovernista Félix Antônio Malcher passou a ocupar o cargo, mas foi deposto do cargo ao buscar o realinhamento da província com a regência.

As camadas pobres envolvidas com o movimento não estavam dispostas a baixar armas até que mudanças reais fossem implementadas. Escravos amarraram senhores em troncos para castigá-los, enquanto indígenas assassinaram comandantes que os recrutavam à força. Embasados pelas ideias dos liberais exaltados, as bandeiras erguidas pelos rebeldes eram o **fim da escravidão e o direito à autonomia local**.



Figura 10 - Sr. Biard se fotografa em Abacaxis, 1862. A imagem mostra como eram as precárias habitações dos apelidados "cabanos". Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Quando o governo imperial recuperou a cidade de Belém, em maio de 1836, os cabanos partiram para o interior da província, onde foram perseguidos e assassinados pelas tropas governistas. Acredita-se que entre 30% e 40% da população do Grão-Pará foi exterminada no conflito, sendo que na época o número total de habitantes não passava dos 100 mil.

Guerra dos Farrapos (1835-1845)

A Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, ocorreu na província do Rio Grande do Sul, e diferente dos movimentos que vimos até agora, foi protagonizada por membros das elites. A criação de gado e a produção de charque eram as principais atividades econômicas da região, mas há muito estancieiros e charqueadores reclamavam que seus produtos eram mais taxados que os oferecidos pela Argentina e Uruguai.

Em 1834, Fernando Braga foi nomeado presidente da província pelo governo regencial, nome que desagradou os proprietários locais pela sua política tributária. Os estancieiros reivindicavam mais autonomia para elegerem seus próprios representantes, o que levou Braga a organizar tropas para conter qualquer ato de rebeldia.

A revolta se iniciou em setembro de 1835, liderada por Bento Gonçalves, considerado o nome ideal para a presidência da província, o fazendeiro Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, chamado de “*herói dos dois mundos*” devido ao seu envolvimento prévio na unificação italiana. Os rebeldes ficaram conhecidos como farroupilhas devido aos trajes esfarrapados, mas a palavra também passou a significar liberais radicais.

Em 1836, os estancieiros tomam o poder e proclamam a **República Rio-Grandense**, sendo **mantidos o voto censitário e a escravidão**. Depois de três anos de conflito, os farroupilhas alcançam a província de Santa Catarina, local de fundação da República Juliana.

Em 1840, após a ascensão de Pedro II ao trono brasileiro, um acordo de paz foi negociado entre o barão de Caxias e os revoltosos, no qual o governo se comprometeu a conceder anistia a todos os participantes, elevar impostos sobre o charque vindo de outras regiões e aliviar a produção nacional. Os escravos que lutaram no conflito foram alforriados, enquanto os oficiais farroupilhas foram incorporados no Exército brasileiro.



Figura 11 - Proclamação da República Rio-Grandense, por Antônio Parreiras, 1838.

Sabinada (1837-1838)

Dois anos após a Revolta do Malês, Salvador foi palco de uma nova revolta, dessa vez protagonizada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha. Apoiado por soldados, Sabino depôs o presidente da província em 7 de novembro de 1837, proclamando a República Bahiense. Contudo, a ideia era que a República perdurasse até a ascensão de D. Pedro II ao trono, evidenciando que se tratava de uma revolta contra o governo regencial, e não contra a monarquia.

O principal elemento que contribuiu para a eclosão do movimento foi a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1837), que diminuía a autonomia provincial da Bahia e demais regiões do país. Também se rebelaram contra o alistamento compulsório, que forçava muitos indivíduos a lutarem contra os rebeldes farroupilhas no sul.

Tropas foram enviadas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas para conter os rebeldes, resultando em conflitos que deixaram mais de mil mortos e milhares de presos. Sabino, líder do movimento, foi capturado e levado preso para o Mato Grosso.

Balaiada (1838-1841)

A província do Maranhão passava por uma grave crise econômica durante a primeira metade do século XIX, resultado da decadência da produção de algodão iniciada durante a Era pombalina. A disputa entre cabanos (conservadores) e bem-te-vis (liberais), principais grupos políticos da região, se intensificou quando Vicente Pires de Camargo, presidente da província e partidário dos cabanos, propôs a chamada “lei dos prefeitos”. Para os bem-te-vis, a ideia seria utilizada para reprimi-los, afinal cada prefeito de comarca passaria indicado por Camargo passaria a ter os mesmos poderes que juizes de paz e chefes de polícia.

O estopim da revolta se deu em dezembro de 1838, quando o boiadeiro **Raimundo Gomes (“Cara Preta”)**, trabalhador em uma fazenda de um bem-te-vi, teve um alguns de seus homens presos sob o pretexto de que estavam sendo recrutados para cumprir serviço militar. Na mesma ocasião, seu irmão também foi encarcerado ao ser acusado de homicídio.

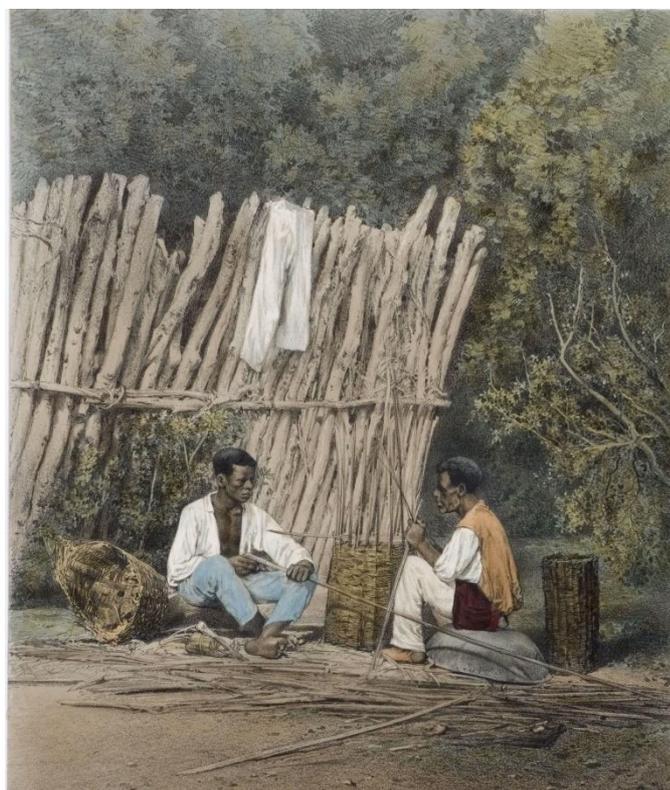


Figura 12 - Fabricantes de balaião no século XIX, por Victor Frond. Este era o trabalho de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, um dos principais líderes da maior revolta popular do Maranhão.

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Na época, o subprefeito que ordenou a prisão era José do Egito, um cabano adversário do patrão de Raimundo Gomes. Diante disso, o boiadeiro resolveu invadir a cadeia para libertar o irmão e outros presos, partindo para o interior da província. Conforme se deslocavam para fugir das forças policiais, Raimundo Gomes e seu grupo conquistavam a adesão de escravos fugitivos, miseráveis e bandoleiros, chegando a ter mais de 10.000 participantes.

Conquistando metade do norte da província, o movimento passa a contar com novas lideranças, como o ex-escravo **Cosme Bento das Chagas**, chefe um quilombo, e **Manuel Francisco dos Anjos Ferreira**, fabricante de balaios que buscava se vingar de um capitão cabano que havia abusado de suas duas filhas. A rebelião ficou conhecida como Balaiada em referência ao seu ofício.

Na cidade de Caxias, uma junta provisória foi organizada com bem-te-vis, apoiados pelos balaios. Os políticos exigiram do governo provincial a revogação da lei dos prefeitos, anistia de todos os participantes da Balaiada, expulsão dos portugueses e que fossem integrados ao Exército com os postos que integravam no movimento. Foram ignorados pelo governo, que passou a ser ocupado pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, o **barão de Caxias** – o mesmo que combateu os farroupilhas no Rio Grande do Sul.

Com 8.000 homens sob seu comando, o barão de Caxias conseguiu sufocar o movimento, sobretudo após oferecer anistia para os balaios que se rendessem. Manuel Francisco morreu em combate, enquanto Raimundo Gomes foi condenado ao desterro. Cosme Vento, por sua vez, foi condenado à forca.

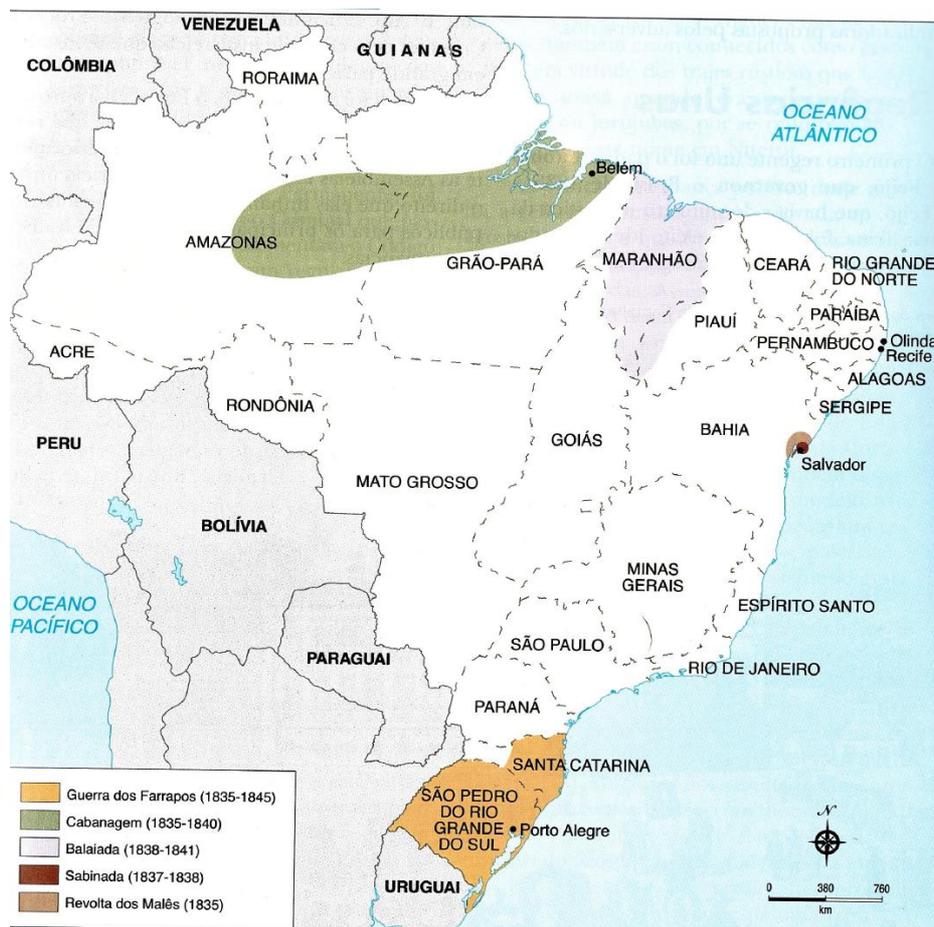


Figura 13 - Mapa com algumas das revoltas do período regencial.

5.3. O golpe da maioria

Em julho de 1840, era comum ouvir os seguintes versos pelas ruas do Rio de Janeiro:

“Queremos Pedro Segundo
Embora não tenha idade
A nação dispensa a lei
e viva a Maioridade.

GOLPE DA MAIORIDADE. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. pp 312 a 313.

Para muitos membros da elite letrada da época, a antecipação da maioria de D. Pedro II, na época com 14 anos de idade, era a única solução para pacificar as revoltas que assolavam o território brasileiro durante os governos regenciais.

A ideia foi capitaneada principalmente por políticos liberais de oposição a **regência de Araújo Lima (1837-1840)**, que ambicionavam retornar ao poder junto com o jovem imperador coroado. Quanto aos conservadores, na época comprometidos com a aprovação da **Lei de Interpretação do Ato Adicional**, buscaram ganhar tempo, mas também aderem à formalização da maioria. Dessa maneira, em 24 de julho de 1840 é aprovado o **Golpe da Maioridade**, que levou à coroação de D. Pedro em julho de 1841 e o retorno dos liberais ao poder.

5. Lista de Questões

5.1. Colégio Naval

1. (2018/CN)

Leia o texto a seguir.

“Assim, a 14 de novembro de 1822, dois meses após sua proclamação, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, rumo a Montevideú, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português.”

<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval>

Sobre o contexto da criação da primeira esquadra brasileira, é correto afirmar que ela teve como objetivo

- reimplantar o comércio marítimo brasileiro que era dependente de navios portugueses e de seus comerciantes que controlavam os portos nacionais.
- combater e expulsar as principais forças militares fiéis ao governo português existentes em algumas províncias que dificultavam a organização interna do Brasil independente.
- conquistar a Província Cisplatina dos portugueses e torná-la uma república independente, libertando o novo Estado uruguaio do jugo opressor dos europeus.



- d) promover a escolta de navios mercantes no oceano Atlântico que se encontrava repleto de corsários estrangeiros que não reconheciam a independência do Brasil.
- e) libertar todos os povos de outras colônias do domínio português, promovendo a independência da Cisplatina, de Angola e de Moçambique.

2. (2018/CN)

Observe o trecho abaixo e responda a questão a seguir. "Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil" Laurentino Gomes.

O Trecho, de Laurentino Gomes, autor de 1808, refere-se a um momento que foi decisivo para a ruptura do Pacto Colonial sobre o Brasil. Entre os diversos acordos e medidas relacionadas a esse momento podemos citar EXCETO:

- a) a assinatura do Tratado de 1810 com a Inglaterra que, a partir de novas tarifas alfandegárias, garantiam privilégios econômicos aos ingleses no Brasil.
- b) o estabelecimento do ato de 1º de abril de 1808, onde foi ratificado o Alvará de 1792 que estabelecia a abertura dos portos às Nações Amigas, assim que a realeza chegasse ao Brasil.
- c) a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra, onde entre outros itens, dispunha sobre a liberdade de culto.
- d) a criação da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia de Belas-Artes, da Biblioteca Real, além das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.
- e) a assinatura, por D. João, da lei de dezembro de 1815 elevando o Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

3. (2017/CN)

Observe a charge a seguir:



É correto afirmar que a charge acima faz referência

- a) à Constituição de 1824, na qual destacamos, entre outros aspectos, a criação do Poder Moderador de uso exclusivo do Imperador que também era chefe do legislativo e do judiciário.
- b) ao período das Regências, mais precisamente a Regência Una do Padre Diogo Feijó a qual se caracterizou por ser de orientação mais liberal e descentralizadora.
- c) ao início do Segundo Reinado, quando D. Pedro II sobe ao poder, a partir de um arranjo político entre Liberais e Conservadores que ficou conhecido como Golpe da Maioridade.
- d) ao período das Regências, destacando-se o momento da implantação da Regência Una que substituiu a Regência Trina Provisória de 1831, tendo a frente o Padre Diogo Feijó.
- e) à convocação da Assembleia Constituinte de 1823, a qual foi dissolvida pelos Conservadores no que ficou conhecido como noite da agonia, por se tentar limitar os poderes do imperador.

4. (2014/CN)

Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que:

- a) foi criada logo após o início da Guerra do Paraguai e complementou o efetivo brasileiro, destacando-se na batalha do Curupaiti.
- b) era um corpo de elite do Exército brasileiro, também conhecido como "Voluntários da Pátria" e que se tornou famoso devido à repressão aos cabanos.
- c) era uma força paramilitar, criada durante o Primeiro Reinado, e que teve uma importante participação na consolidação da independência brasileira.
- d) era formada por milícias civis, comandadas pelos grandes fazendeiros, e um de seus objetivos era reprimir movimentos sociais que ameaçassem o governo e as elites.
- e) foi criada pelo ministro da justiça Antônio Feijó e foi extinta durante o Segundo Reinado, após participar de vários motins ocorridos no Rio de Janeiro.

5. (2012/CN)

Em março de 1808, a família real, acompanhada da corte portuguesa, chegou à cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceria por treze anos. Esse período na História do Brasil, denominado Joanino, foi marcado por profundas mudanças que afetaram a vida das pessoas e a política portuguesa em relação ao Brasil. Dentre as medidas políticas adotadas por D. João, destacou-se a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra: o tratado de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação.

Sobre esses tratados, é correto afirmar que visavam



- a) a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia.
- b) a criação das Assembleias dos Escabinos que permitiam a participação política das elites agrárias.
- c) a concessão de tarifas alfandegárias mais baixas (15%) às mercadorias inglesas importadas pelo Brasil.
- d) o tratamento jurídico igualitário tanto para com os ingleses quanto para com os portugueses no Brasil.
- e) a vinda de uma missão artística inglesa para retratar a fauna e a flora brasileiras.

6. (2012/CN)

O primeiro Reinado (1822-1831) caracterizou-se inicialmente por um enfrentamento político entre o Imperador D. Pedro I e a aristocracia rural brasileira, cujos interesses se faziam representar na Assembleia Constituinte, em torno da questão do poder. A respeito desse embate e de suas consequências, é correto afirmar que

- a) o anteprojeto constitucional de 1823, resultado dos trabalhos da Assembleia Constituinte, previa a formação de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.
- b) a Constituição de 1824 estabelecia que o Legislativo seria dividido em Senado, cujos membros teriam mandato vitalício, e Câmara dos Deputados, eleita para um mandato de quatro anos.
- c) o anteprojeto constitucional de 1823, também denominado de "Constituição da Mandioca", não previa o voto censitário para as futuras eleições.
- d) a Constituição de 1824 estabelecia uma monarquia hereditária constitucional e representativa com ampla autonomia das províncias (hoje chamadas de Estados).
- e) o anteprojeto constitucional de 1823 previa a ampla participação popular nas eleições, garantindo, inclusive, o voto feminino.

7. (2012/CN)

A 12 de Agosto de 1834, depois de longos debates na Assembleia Geral, foi promulgado o Ato Adicional à Constituição do Império, preparado por comissão especial liderada pelo deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que promoveria uma série de mudanças institucionais no país. Em relação ao Ato Adicional de 1834 é correto afirmar que:

- a) tratava-se de uma reforma constitucional comprometida com a total descentralização, reforçando o ideal federalista caracterizado por uma maior autonomia das províncias, fato este evidenciado pela criação das Assembleias Legislativas Municipais.
- b) foi um instrumento político típico de conciliação, pois ao mesmo tempo que reforçava o federalismo, com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, mantinha a centralização através da Regência Una.



- c) caracterizou-se pelo estabelecimento de um município neutro, que seria a cidade do Rio de Janeiro, pela extinção do Conselho de Estado, reduto político do partido português, e pela vitaliciedade da Câmara e do Senado.
- d) ao estabelecer a autonomia política, administrativa e judiciária das províncias, através da criação das Assembleias Legislativas Municipais, acabava com a figura do juiz de paz, representante do judiciário que era indicado pelo imperador para cada Município.
- e) teve como prioridade reformar a Constituição de 1824, estabelecendo a Regência Una, eleita pelas assembleias provinciais de todo o país, e a criação do conselho de Estado cuja finalidade era auxiliar o regente em termos políticos.

8. (2010/CN - Adaptada)

" A revolta de 1835, também chamada a ' grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo(...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- a) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.
- b) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Malês, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam implementar uma ordem islâmica.
- c) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- d) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- e) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.



9. (2009/CN)

Leia o texto abaixo.

A Guarda Real de Polícia

No início do século XIX, como consequência da campanha Napolêônica de conquista do continente europeu, a Família Real portuguesa, juntamente com sua corte, decidem se mudar para o Brasil. Aqui chegando, a Corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro iniciando a reorganização do Estado no dia 11 de março de 1808, com a nomeação de Ministros. (...)

(...) Em 13 de maio de 1809, (...) D. João VI criou a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP), sendo esta formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real da Polícia de Lisboa.

(Adaptado de <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/historia.asp>)

Em 2009 comemora-se os 200 anos da Polícia Militar. Ela surgiu a partir da criação da Guarda Real de Polícia. Pode-se afirmar que a mesma surge no momento em que

- a) a cidade do Rio de Janeiro transformava-se na sede da administração portuguesa, passando por um conjunto de mudanças que visavam adaptá-la a sua nova funcionalidade.
- b) a chegada da Família Real portuguesa representava uma ameaça para a cidade que sofria o risco iminente de invasão pelas tropas de Napoleão Bonaparte, através da Guiana Francesa.
- c) se observava o aumento do número de quilombos nos arredores da cidade, onde se destacava o Quilombo de Palmares, sendo necessário homens preparados para recuperar os escravos fugitivos e reempossá-los aos seus senhores legítimos
- d) a presença da Corte criava um grande contingente de pessoas desocupadas na cidade e que foram responsáveis pela Revolta do Vintém, em função do desemprego gerado pela abertura dos portos às nações amigas.
- e) a chegada da Família Real provocava uma revolta popular entre os moradores da cidade, que foram expulsos de suas casas, as quais foram demolidas para dar lugar a construção da nova sede do governo português.

10. (2007/CN)

Dos diversos momentos, durante o período das regências (1831-1840), as divergências entre os indivíduos de posse quanto à forma de governar o Brasil, de modo a preservar seus interesses, originaram três tendências políticas, dentre as quais pode-se citar o grupo

- a) liberal exaltado ou chimango, que defendia a ordem vigente, baseada na monarquia centralizada e na escravidão como forma de fortalecer sua posição enquanto produtores rurais no Brasil.
- b) restaurador ou caramuru, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil, sendo formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos.
- c) liberal exaltado ou caramuru, de tendência conservadora, defendiam a submissão das províncias garantindo, com isso, um governo centralizado nas mãos do imperador.



- d) liberal moderado ou chimango, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil e contava com o jornal O Liberal como veículo de divulgação de suas ideias.
- e) restaurador ou caramuru, que defendia unicamente a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, sendo liderado por José Bonifácio.

11. (2006/CN)

Ao proclamar a independência em 7 de setembro de 1822, D. Pedro concluiu um longo processo de emancipação, iniciado em 1808 com a vinda da família real portuguesa, e deu início a uma nova era caracterizada, entre outros aspectos, pela adoção

- a) da forma monárquica de governo baseada nos princípios do liberalismo e autonomia provincial.
- b) de uma monarquia absolutista baseada no Poder Moderador e na defesa da classe burguesa em ascensão no Brasil.
- c) de uma monarquia absolutista e pela preservação dos interesses dos cafeicultores, principalmente do oeste paulista.
- d) da forma monárquica parlamentar de governo com autonomia provincial e pela defesa das elites latifundiárias.
- e) da forma monárquica de governo e preservação dos interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

12. (2006/CN)

No ano de 1824, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira que apresentou, entre outras determinações, a

- a) submissão do poder legislativo e moderador diante do poder executivo, sendo este unicamente exercido pelo imperador.
- b) autonomia das províncias e municípios, legalizando-se a formação regionalizada do país, seguindo-se, inteiramente, o modelo adotado nos Estados Unidos.
- c) participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos, no processo eleitoral da época.
- d) predominância do poder político do imperador sobre os demais, tendo, como instrumento para tal, o Poder Moderador.
- e) criação do Poder Moderador para conjuntamente trabalhar com o Poder Legislativo, visando à manutenção da estabilidade política do país.



13. (2005/CN)

O resultado da Assembleia das Cortes de Lisboa, após a Revolução Liberal do Porto, foi um marco importante para a consolidação do processo de Independência do Brasil. Os constituintes das Cortes de Lisboa tomaram decisões no sentido de

- a) defender o liberalismo do Império Português, segundo os princípios europeus, e transmiti-lo para cada colônia portuguesa, o que permitiu a Independência do Brasil sem maiores traumas.
- b) restabelecer a monarquia absoluta em Portugal, afastando o governo provisório do lorde inglês Beresford e exigindo o retorno de D. João VI, que mantém o seu filho D. Pedro I como Imperador do Brasil.
- c) ampliar as conquistas adquiridas com a Revolução liberal do Porto para todo o Império Português, o que fez D. João VI retornar às pressas para Portugal, além de forçar D. Pedro a declarar a Independência do Brasil antes que os revolucionários a fizessem.
- d) beneficiar o partido português que detinha membros espalhados por todo o Império, de modo a evitar o retorno da monarquia portuguesa.
- e) defender o liberalismo em Portugal, segundo os moldes europeus, ao mesmo tempo em que buscavam retomar o pacto colonial, desagradando a elite do Brasil de tal forma que ela buscou apoio de D. Pedro em sua luta contra a recolonização.

14. (2005/CN)

Em 1835, depois de sucessivas rebeliões, desde o início do século, quase dois mil negros e mulatos insurgiram-se em Salvador, tomaram quartéis e praticamente ocuparam a cidade. Havia entre eles escravos e libertos. Eram na maioria adeptos do islamismo e de origem étnica hauçá e nagô. Lutavam pelo fim da escravidão, da propriedade particular da terra e do caráter oficial e exclusivo da religião católica. Temendo que se repetisse na Bahia a "revolução do Haiti" (as lutas dos negros haitianos contra a escravidão e a dominação colonial francesa), as autoridades usaram de extrema violência contra o movimento, que terminou com centenas de prisões, deportações e execuções sumárias.

O texto acima refere-se a uma insurreição ocorrida durante o período das regências, que ficou conhecida como a

- a) Sabinada.
- b) Insurreição Baiana.
- c) Revolta dos Malês.
- d) Balaiada.
- e) Cabanagem.



15. (2005/CN)

Entre 1835 e 1845, ocorreu a Revolução Farroupilha na região Sul do Brasil. Esse conflito teve por origens, entre outros motivos,

- a) a abdicação de D. Pedro I, que colocou frente a frente os monarquistas gaúchos com as tropas imperiais sob o comando regencial do padre Feijó.
- b) as disparidades regionais provocadas pelo processo de descentralização política, o qual foi gerado pelo Ato Adicional de 1834 cuja aprovação foi o resultado de intensa negociação entre Moderados, os chamados Chimangos e Conservadores denominados Caramurus.
- c) A centralização político-administrativa no país que, sobretudo durante as regências, afetou de forma particular as relações políticas do Sul com o poder central, além do aumento da carga fiscal prejudicando principalmente a produção do charque.
- d) a descentralização política motivada pela revogação do Ato Adicional de 1834, revoltando as províncias que mantinham forte dependência com o governo central, o qual passou a se omitir na questão fiscal de cada região, como o foi o caso do charque gaúcho.,
- e) a ascensão de D. Pedro II, que despertou a revolta das províncias que desejavam o acontecimento do regime republicano, como foi o caso de Pernambuco durante a Revolução Praieira de 1838.

6. Gabarito

- | | | |
|------|-------|-------|
| 1. B | 6. B | 11. E |
| 2. B | 7. B | 12. D |
| 3. B | 8. B | 13. E |
| 4. D | 9. A | 14. C |
| 5. C | 10. B | 15. C |



7. Lista de Questões Comentada

1. (2018/CN)

Leia o texto a seguir.

“Assim, a 14 de novembro de 1822, dois meses após sua proclamação, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, rumo a Montevideu, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português.”

<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval>

Sobre o contexto da criação da primeira esquadra brasileira, é correto afirmar que ela teve como objetivo

- a) reimplantar o comércio marítimo brasileiro que era dependente de navios portugueses e de seus comerciantes que controlavam os portos nacionais.
- b) combater e expulsar as principais forças militares fiéis ao governo português existentes em algumas províncias que dificultavam a organização interna do Brasil independente.
- c) conquistar a Província Cisplatina dos portugueses e torná-la uma república independente, libertando o novo Estado uruguaio do jugo opressor dos europeus.
- d) promover a escolta de navios mercantes no oceano Atlântico que se encontrava repleto de corsários estrangeiros que não reconheciam a independência do Brasil.
- e) libertar todos os povos de outras colônias do domínio português, promovendo a independência da Cisplatina, de Angola e de Moçambique.

Comentários

Essa é uma questão sobre o processo de independência do Brasil. Para respondê-la, o candidato deveria se recordar que províncias do Norte, Nordeste e na Cisplatina, as Juntas de governo permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa. Com isso, a ação da Marinha foi fundamental para consolidar o processo de independência e evitar a fragmentação do território brasileiro. A alternativa B, portanto, é a correta.

- A alternativa A está incorreta, afinal a emancipação política também incluía o rompimento da dependência econômica com o Estado português.

- A alternativa C está incorreta, pois os portugueses buscavam manter sua influência sobre a Cisplatina.

- A alternativa D está incorreta, pois a esquadra da Marinha enviada para a Cisplatina foi enviada para combater forças que comprometiam o processo de independência em curso.

- A alternativa E está incorreta, afinal as independências de Angola e Moçambique só se deram em 1974, ao passo que a emancipação da Cisplatina do Brasil se deu em 1828, com a criação da República Oriental do Uruguai.

Gabarito: B

2. (2018/CN)



Observe o trecho abaixo e responda a questão a seguir. “Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil” Laurentino Gomes.

O Trecho, de Laurentino Gomes, autor de 1808, refere-se a um momento que foi decisivo para a ruptura do Pacto Colonial sobre o Brasil. Entre os diversos acordos e medidas relacionadas a esse momento podemos citar EXCETO:

- a) a assinatura do Tratado de 1810 com a Inglaterra que, a partir de novas tarifas alfandegárias, garantiam privilégios econômicos aos ingleses no Brasil.
- b) o estabelecimento do ato de 1º de abril de 1808, onde foi ratificado o Alvará de 1792 que estabelecia a abertura dos portos às Nações Amigas, assim que a realeza chegasse ao Brasil.
- c) a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra, onde entre outros itens, dispunha sobre a liberdade de culto.
- d) a criação da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia de Belas-Artes, da Biblioteca Real, além das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.
- e) a assinatura, por D. João, da lei de dezembro de 1815 elevando o Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Comentários

- A alternativa A está correta. Os Tratados de 1810 liberaram os portos brasileiros para as chamadas “nações amigas”, o que beneficiava principalmente os ingleses e provocou uma “britanização” da economia brasileira.

- A alternativa B está incorreta, pois a abertura dos portos às Nações Amigas se deu após a chegada da Família Real, em 1808. Além disso, não foi ratificado nenhum “Alvará de 1792” pela Corte joanina.

- A alternativa C está correta, pois o Tratado de Aliança e Amizade concedia liberdade de culto aos protestantes britânicos. Também foi garantido que os ingleses no Brasil só seriam julgados pelos tribunais da terra natal e vantagens alfandegárias para seus produtos.

- A alternativa D está correta. A transferência da Corte para o Brasil levou à criação de diversos órgãos de relevância cultural, tais como a Imprensa Régia, a Academia de Belas-Artes e a Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional), além de faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro.

- A alternativa E está correta. Em resposta às deliberações do Congresso de Viena, D. João VI elevou o Brasil à condição de Reino e Algarve, concedendo autonomia administrativa para o Brasil.

Gabarito: B

3. (2017/CN)

Observe a charge a seguir:





É correto afirmar que a charge acima faz referência

- a) à Constituição de 1824, na qual destacamos, entre outros aspectos, a criação do Poder Moderador de uso exclusivo do Imperador que também era chefe do legislativo e do judiciário.
- b) ao período das Regências, mais precisamente a Regência Una do Padre Diogo Feijó a qual se caracterizou por ser de orientação mais liberal e descentralizadora.
- c) ao início do Segundo Reinado, quando D. Pedro II sobe ao poder, a partir de um arranjo político entre Liberais e Conservadores que ficou conhecido como Golpe da Maioridade.
- d) ao período das Regências, destacando-se o momento da implantação da Regência Una que substitui a Regência Trina Provisória de 1831, tendo a frente o Padre Diogo Feijó.
- e) à convocação da Assembleia Constituinte de 1823, a qual foi dissolvida pelos Conservadores no que ficou conhecido como noite da agonia, por se tentar limitar os poderes do imperador.

Comentários

Essa é uma questão de interpretação de imagem. Nela, o padre Feijó recebe a batuta que corresponde à administração do Império, cabendo a ele o papel de reger o país. Tendo isso em conta, pode-se afirmar que a alternativa B é a resposta, afinal foi durante a regência una de Feijó que os liberais moderados alcançaram certa influência na política nacional do país, implementando uma ordem descentralizadora.

- A alternativa A está incorreta, afinal a Carta de 1824 não tornava o imperador o chefe dos poderes legislativo e judiciário, mas permitia influenciá-los por meio do poder moderador.
- A alternativa C está incorreta, pois o Golpe da Maioridade se deu durante a regência de Pedro de Araújo Lima, que se inicia após o afastamento de Feijó do poder.
- A alternativa D está incorreta, posto que a ascensão de Feijó ao poder representou o fim da Regência Trina Permanente, composta por Costa Carvalho, Bráulio Muniz e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva – pai do futuro Duque de Caxias.
- A alternativa E está incorreta, uma vez que a convocação da Constituinte de 1823 se deu em um período anterior ao das regências no Brasil.

Gabarito: B



4. (2014/CN)

Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que:

- a) foi criada logo após o início da Guerra do Paraguai e complementou o efetivo brasileiro, destacando-se na batalha do Curupaiti.
- b) era um corpo de elite do Exército brasileiro, também conhecido como "Voluntários da Pátria" e que se tornou famoso devido à repressão aos cabanos.
- c) era uma força paramilitar, criada durante o Primeiro Reinado, e que teve uma importante participação na consolidação da independência brasileira.
- d) era formada por milícias civis, comandadas pelos grandes fazendeiros, e um de seus objetivos era reprimir movimentos sociais que ameaçassem o governo e as elites.
- e) foi criada pelo ministro da justiça Antônio Feijó e foi extinta durante o Segundo Reinado, após participar de vários motins ocorridos no Rio de Janeiro.

Comentários

A Guarda Nacional é uma milícia civil de cidadãos-proprietários, formada a partir de 1831 com o objetivo de manter a unidade do Império, garantir a ordem pública e defender a Constituição. Dito isso, a alternativa D é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal a Guarda Nacional foi criada em 1831, durante o governo da Regência Trina Permanente. Já a Guerra do Paraguai eclodiu anos depois, em 1864, quando a província do Mato Grosso foi invadida pelo exército de Solano López.

- A alternativa B está incorreta, afinal os Voluntários da Pátria foram reunidos para lutar contra os adversários do Brasil na Guerra do Paraguai. Para tanto, sabe-se que foi utilizado de recrutamentos forçados e de indivíduos pobres e escravos, elementos que não pertenciam à "boa sociedade" do período regencial.

- A alternativa C está incorreta. Embora a Guarda Nacional fosse uma força paramilitar, sua criação se deu durante o período regencial.

- A alternativa E está incorreta, pois a Guarda Nacional só foi mobilizada em 1922, no contexto da chamada Primeira República.

Gabarito: D

5. (2012/CN)

Em março de 1808, a família real, acompanhada da corte portuguesa, chegou à cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceria por treze anos. Esse período na História do Brasil, denominado Joanino, foi marcado por profundas mudanças que afetaram a vida das pessoas e a política portuguesa em relação ao Brasil. Dentre as medidas políticas adotadas por D. João, destacou-se a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra: o tratado de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação.

Sobre esses tratados, é correto afirmar que visavam

- a) a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia.



- b) a criação das Assembleias dos Escabinos que permitiam a participação política das elites agrárias.
- c) a concessão de tarifas alfandegárias mais baixas (15%) às mercadorias inglesas importadas pelo Brasil.
- d) o tratamento jurídico igualitário tanto para com os ingleses quanto para com os portugueses no Brasil.
- e) a vinda de uma missão artística inglesa para retratar a fauna e a flora brasileiras.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. O Alvará de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil, foi revogado em 1808, ao passo que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi assinado em dois anos depois, em 1810.
- A alternativa B está incorreta, pois os conselhos dos escabinos foram instalados por Maurício de Nassau, governador do Brasil Holandês durante o período colonial. O organismo foi dissolvido após a Reconquista da região pelos portugueses.
- A alternativa C é a resposta. Os Tratados de Amizade, Aliança, Comércio e Navegação garantiram à Inglaterra o direito de colocar suas mercadorias no mercado brasileiro pagando apenas 15% de taxa sobre o valor do produto, ao passo que para os portugueses a taxa era de 16% e para os demais países, 24%. Isso promoveu a “britanização da economia brasileira”.
- A alternativa D está incorreta, afinal aos britânicos instalados no Brasil foi reservado o direito de extraterritorialidade, ou seja, serem julgados segundo as leis inglesas.
- A alternativa E está incorreta, afinal a missão artística que desembarca na Corte joanina no Brasil era francesa.

Gabarito: C

6. (2012/CN)

O primeiro Reinado (1822-1831) caracterizou-se inicialmente por um enfrentamento político entre o Imperador D. Pedro I e a aristocracia rural brasileira, cujos interesses se faziam representar na Assembleia Constituinte, em torno da questão do poder. A respeito desse embate e de suas consequências, é correto afirmar que

- a) o anteprojeto constitucional de 1823, resultado dos trabalhos da Assembleia Constituinte, previa a formação de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.
- b) a Constituição de 1824 estabelecia que o Legislativo seria dividido em Senado, cujos membros teriam mandato vitalício, e Câmara dos Deputados, eleita para um mandato de quatro anos.
- c) o anteprojeto constitucional de 1823, também denominado de "Constituição da Mandioca", não previa o voto censitário para as futuras eleições.
- d) a Constituição de 1824 estabelecia uma monarquia hereditária constitucional e representativa com ampla autonomia das províncias (hoje chamadas de Estados).



- e) o anteprojeto constitucional de 1823 previa a ampla participação popular nas eleições, garantindo, inclusive, o voto feminino.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o projeto constitucional desenvolvido na Constituinte de 1823, que ficou conhecido como Constituição da Mandioca, previa a criação de apenas três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Contudo, após o fechamento da assembleia pelas tropas imperiais, D. Pedro I redigiu um texto constitucional que previa a criação de um quarto poder, o poder moderador.
- A alternativa B está correta, afinal o mandato dos senadores era vitalício, ou seja, só findava com a morte dos políticos, ao passo que o tempo de mandato na Câmara se limitava a quatro anos.
- A alternativa C está incorreta, pois o voto censitário que prevaleceu na Constituição de 1824 manteve o voto censitário como critério de participação política, sendo algo já defendido pelo projeto denominado “Constituição da Mandioca”.
- A alternativa D está incorreta, afinal o poder se manteve concentrado na Corte após a criação da Constituição de 1824, pois pouca autonomia foi reservada às províncias.

Gabarito: B

7. (2012/CN)

A 12 de Agosto de 1834, depois de longos debates na Assembleia Geral, foi promulgado o Ato Adicional à Constituição do Império, preparado por comissão especial liderada pelo deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que promoveria uma série de mudanças institucionais no país. Em relação ao Ato Adicional de 1834 é correto afirmar que:

- a) tratava-se de uma reforma constitucional comprometida com a total descentralização, reforçando o ideal federalista caracterizado por uma maior autonomia das províncias, fato este evidenciado pela criação das Assembleias Legislativas Municipais.
- b) foi um instrumento político típico de conciliação, pois ao mesmo tempo que reforçava o federalismo, com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, mantinha a centralização através da Regência Una.
- c) caracterizou-se pelo estabelecimento de um município neutro, que seria a cidade do Rio de Janeiro, pela extinção do Conselho de Estado, reduto político do partido português, e pela vitaliciedade da Câmara e do Senado.
- d) ao estabelecer a autonomia política, administrativa e judiciária das províncias, através da criação das Assembleias Legislativas Municipais, acabava com a figura do juiz de paz, representante do judiciário que era indicado pelo imperador para cada Município.
- e) teve como prioridade reformar a Constituição de 1824, estabelecendo a Regência Una, eleita pelas assembleias provinciais de todo o país, e a criação do conselho de Estado cuja finalidade era auxiliar o regente em termos políticos.

Comentários



- A alternativa A está incorreta, pois embora o Ato Adicional de 1834 tenha descentralizado a administração do Império por meio da criação das Assembleias Provinciais, por outro lado, também instituiu o modelo uno de regência e considerou o Rio de Janeiro um município neutro, o que reforçava seu papel de sede administrativa do país.
- A alternativa B é a resposta. O Ato Adicional foi resultado de projetos dos liberais moderados e exaltados, já que garantiu aos primeiros medidas centralizadoras, tais como a criação de uma regência Una, ao passo que os segundos foram contemplados com a criação das Assembleias Provinciais.
- A alternativa C está incorreta, pois a Câmara não possuía caráter vitalício. O mandato dos deputados era de quatro anos consecutivos.
- A alternativa D está incorreta, pois a figura do juiz de paz foi criada no período, desfrutando de certa autonomia para a aplicação da Justiça em relação ao Rio de Janeiro. A partir do Regresso, suas atribuições foram revistas, o que levou a centralização da justiça no Rio de Janeiro.
- A alternativa E está incorreta, pois o Conselho de Estado foi extinto pelo Ato Adicional de 1834, afinal era um órgão consultivo do poder moderador.

Gabarito: B

8. (2010/CN - Adaptada)

" A revolta de 1835, também chamada a ' grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo(...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- a) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.
- b) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Malês, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam implementar uma ordem islâmica.
- c) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- d) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- e) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.



Comentários

ATENÇÃO: Em seu formato original, a questão correta defendia que o Levante Malê buscava o fim da escravidão, quando na verdade os revoltosos almejavam a continuidade deste sistema de trabalho. Devido a isso, recomendo que se atentem para a possibilidade da prova do Colégio Naval conter esta informação, ainda que contestada pela maioria dos especialistas do tema.

- A alternativa A está incorreta, pois Ganga Zumba foi uma das lideranças da Confederação de Palmares na região da Serra da Barriga, atual Alagoas, durante o período colonial.
- A alternativa B é a resposta. A Revolta dos Malês foi um movimento organizado em 1835 por escravizados de origem muçulmana em Salvador, que objetivavam a instalação de uma ordem islâmica após promover a desarticulação das autoridades administrativas da cidade.
- A alternativa C está incorreta, afinal os malês não eram candomblecistas, mas muçulmanos.
- A alternativa D está incorreta, afinal Zumbi dos Palmares foi uma liderança que se destacou na Guerra dos Palmares, conflito cujo encerramento se deu com a destruição da confederação palmarina, em 1695.
- A alternativa E está incorreta, afinal a Conjuração Baiana ocorreu em 1798, durante o período colonial, enquanto a Revolta dos Malês ocorreu em 1835, durante a regência do Padre Feijó.

Gabarito: B

9. (2009/CN)

Leia o texto abaixo.

A Guarda Real de Polícia

No início do século XIX, como consequência da campanha Napolêonica de conquista do continente europeu, a Família Real portuguesa, juntamente com sua corte, decidem se mudar para o Brasil. Aqui chegando, a Corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro iniciando a reorganização do Estado no dia 11 de março de 1808, com a nomeação de Ministros. (...)

(...) Em 13 de maio de 1809, (...) D. João VI criou a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP), sendo esta formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real da Polícia de Lisboa.

(Adaptado de <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/historia.asp>)

Em 2009 comemora-se os 200 anos da Polícia Militar. Ela surgiu a partir da criação da Guarda Real de Polícia. Pode-se afirmar que a mesma surge no momento em que

- a) a cidade do Rio de Janeiro transformava-se na sede da administração portuguesa, passando por um conjunto de mudanças que visavam adaptá-la a sua nova funcionalidade.
- b) a chegada da Família Real portuguesa representava uma ameaça para a cidade que sofria o risco iminente de invasão pelas tropas de Napoleão Bonaparte, através da Guiana Francesa.
- c) se observava o aumento do número de quilombos nos arredores da cidade, onde se destacava o Quilombo de Palmares, sendo necessário homens preparados para recuperar os escravos fugitivos e reempossá-los aos seus senhores legítimos



- d) a presença da Corte criava um grande contingente de pessoas desocupadas na cidade e que foram responsáveis pela Revolta do Vintém, em função do desemprego gerado pela abertura dos portos às nações amigas.
- e) a chegada da Família Real provocava uma revolta popular entre os moradores da cidade, que foram expulsos de suas casas, as quais foram demolidas para dar lugar a construção da nova sede do governo português.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro tornou a cidade sede de todo o Império Português, o que demandou transformações no espaço urbano para que pudesse se adequar às suas atribuições.
- A alternativa B está incorreta, pois a Guiana Francesa não abrigava tropas napoleônicas, o que possibilitou D. João promover uma invasão em Caiena, em represália à ocupação de Portugal pelos franceses.
- A alternativa C está incorreta, pois a criação da Polícia ia ao encontro das novas atribuições do Rio de Janeiro, que passou a ser a sede da Corte portuguesa.
- A alternativa D está incorreta, uma vez que a Revolta do Vintém ocorreu em 1888, durante o Segundo Reinado, devido ao aumento do preço do bonde.
- A alternativa E está incorreta, afinal a chegada da Família Real provocou um conflito em Pernambuco, a Revolução Pernambucana de 1817.

Gabarito: A

10. (2007/CN)

Dos diversos momentos, durante o período das regências (1831-1840), as divergências entre os indivíduos de posses quanto à forma de governar o Brasil, de modo a preservar seus interesses, originaram três tendências políticas, dentre as quais pode-se citar o grupo

- a) liberal exaltado ou chimango, que defendia a ordem vigente, baseada na monarquia centralizada e na escravidão como forma de fortalecer sua posição enquanto produtores rurais no Brasil.
- b) restaurador ou caramuru, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil, sendo formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos.
- c) liberal exaltado ou caramuru, de tendência conservadora, defendiam a submissão das províncias garantindo, com isso, um governo centralizado nas mãos do imperador.
- d) liberal moderado ou chimango, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil e contava com o jornal O Liberal como veículo de divulgação de suas ideias.
- e) restaurador ou caramuru, que defendia unicamente a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, sendo liderado por José Bonifácio.

Comentários

Para responder à questão, retomemos o quadro exposto ao longo da teoria:



GRUPO POLÍTICO	PRETENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Restaurador ou caramuru	Defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil. Contrário a reformas socioeconômicas, era favorável à centralização monárquica.	Liderado por José Bonifácio , o grupo era formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos. Contava com o jornal O Caramuru como veículo de divulgação de suas ideias.
Liberal moderado ou chimango	Defendia a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, fontes dos privilégios de seus membros. Opunha-se à volta do ex-imperador e defendia o governo centralizado no Rio de Janeiro e a manutenção da unidade territorial do Brasil.	O grupo era formado por membros da aristocracia rural que atuavam no governo regencial. Seus principais líderes eram o padre Feijó, o jornalista Evaristo da Veiga e o político Bernardo Pereira de Vasconcelos.
Liberal exaltado ou jurujuba	Era o grupo de tendência mais radical dentro do cenário político. Defendia a autonomia das províncias e a descentralização do poder imperial.	Composto por proprietários rurais, membros das classes médias urbanas e militares. Os membros mais radicais eram republicanos. Entre seus líderes, destacava-se Cipriano Barato.

- A alternativa A está incorreta, afinal os liberais exaltados eram apelidados de jurujubas e defendiam ampla autonomia para as províncias e a descentralização do poder imperial.
- A alternativa B está correta. Os restauradores, também conhecidos como caramurus, defendiam a volta de D. Pedro I ao Brasil e a centralização monárquica. O grupo era composto por comerciantes portugueses, militares e funcionários públicos.
- A alternativa C está incorreta, pois os liberais exaltados eram conhecidos como jurujubas e eram contrários à centralização administrativa no Rio de Janeiro.
- A alternativa D está incorreta, pois os moderados (chimangos) eram contrários ao retorno de D. Pedro I, ainda que concordassem com os caramurus quanto à necessidade de se manter a centralização administrativa.
- A alternativa E está incorreta, pois alguns caramurus apresentavam tendências absolutistas, o que os levava a questionar as limitações do soberano.

Gabarito: B

11. (2006/CN)

Ao proclamar a independência em 7 de setembro de 1822, D. Pedro concluiu um longo processo de emancipação, iniciado em 1808 com a vinda da família real portuguesa, e deu início a uma nova era caracterizada, entre outros aspectos, pela adoção



- a) da forma monárquica de governo baseada nos princípios do liberalismo e autonomia provincial.
- b) de uma monarquia absolutista baseada no Poder Moderador e na defesa da classe burguesa em ascensão no Brasil.
- c) de uma monarquia absolutista e pela preservação dos interesses dos cafeicultores, principalmente do oeste paulista.
- d) da forma monárquica parlamentar de governo com autonomia provincial e pela defesa das elites latifundiárias.
- e) da forma monárquica de governo e preservação dos interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

Comentários

- As alternativas A e C estão incorretas, pois embora a Constituição tenha mantido certos elementos do liberalismo, tais como a liberdade de culto em âmbito doméstico, manteve o poder centralizado, restringindo a autonomia das províncias. Além disso, o parlamentarismo só foi instaurado no Brasil em 1847, durante o Segundo Reinado.
- As alternativas B e C estão incorretas, afinal a Constituição de 1824 introduziu uma monarquia constitucional no Brasil. Além disso, os cafeicultores não eram um grupo social expressivo no período.
- A alternativa E é a resposta, afinal a Constituição de 1824 assegurou às elites agrárias o direito à propriedade privada e a continuidade da escravidão como principal sistema de trabalho.

Gabarito: E

12. (2006/CN)

No ano de 1824, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira que apresentou, entre outras determinações, a

- a) submissão do poder legislativo e moderador diante do poder executivo, sendo este unicamente exercido pelo imperador.
- b) autonomia das províncias e municípios, legalizando-se a formação regionalizada do país, seguindo-se, inteiramente, o modelo adotado nos Estados Unidos.
- c) participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos, no processo eleitoral da época.
- d) predominância do poder político do imperador sobre os demais, tendo, como instrumento para tal, o Poder Moderador.
- e) criação do Poder Moderador para conjuntamente trabalhar com o Poder Legislativo, visando à manutenção da estabilidade política do país.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal era o poder moderador aquele de atribuição exclusiva do Imperador, sendo responsável pelo equilíbrio entre os demais poderes.



- A alternativa B está incorreta, afinal a Constituição de 1824 manteve a estrutura administrativa do país centralizada no Rio de Janeiro, o que só seria alterado em 1834, com a aprovação de um Ato Adicional à Constituição.
- A alternativa C está incorreta, pois os cidadãos mais abastados possuíam maiores direitos políticos que os demais, uma vez que a eles era reservado o direito de serem votados.
- A alternativa D é a resposta. Considerado chave de toda a organização política, cabia ao poder moderador, de exercício exclusivo do imperador, promover interferências que supostamente serviriam para harmonizar os demais os poderes.
- A alternativa E está incorreta, pois o Poder Moderador predominava em relação ao Legislativo (Câmara e Senado) e demais poderes.

Gabarito: D

13. (2005/CN)

O resultado da Assembleia das Cortes de Lisboa, após a Revolução Liberal do Porto, foi um marco importante para a consolidação do processo de Independência do Brasil. Os constituintes das Cortes de Lisboa tomaram decisões no sentido de

- a) defender o liberalismo do Império Português, segundo os princípios europeus, e transmití-lo para cada colônia portuguesa, o que permitiu a Independência do Brasil sem maiores traumas.
- b) restabelecer a monarquia absoluta em Portugal, afastando o governo provisório do lorde inglês Beresford e exigindo o retorno de D. João VI, que mantém o seu filho D. Pedro I como Imperador do Brasil.
- c) ampliar as conquistas adquiridas com a Revolução liberal do Porto para todo o Império Português, o que fez D. João VI retornar às pressas para Portugal, além de forçar D. Pedro a declarar a Independência do Brasil antes que os revolucionários a fizessem.
- d) beneficiar o partido português que detinha membros espalhados por todo o Império, de modo a evitar o retorno da monarquia portuguesa.
- e) defender o liberalismo em Portugal, segundo os moldes europeus, ao mesmo tempo em que buscavam retomar o pacto colonial, desagradando a elite do Brasil de tal forma que ela buscou apoio de D. Pedro em sua luta contra a recolonização.

Comentários

- As alternativas A e C estão incorretas, pois apesar das Cortes em Lisboa defenderem princípios liberais, não se almejava que eles fossem compartilhados no Brasil, território cuja autonomia administrativa e econômica deveria ser restringida.
- A alternativa B está incorreta, afinal D. João VI manteve D. Pedro como príncipe-regente do Brasil ao retornar para Lisboa.
- A alternativa D está incorreta, pois as Cortes de Lisboa organizadas após a Revolução Liberal do Porto exigiam o retorno da Corte joanina para Portugal.
- A alternativa E é a resposta. A Revolução Liberal do Porto impôs a implementação da monarquia constitucional em Portugal, mas não almejou a aplicação dos princípios liberais em todo o Império



Português, já que almejava que as relações com as colônias continuassem a serem pautadas pelo mercantilismo.

Gabarito: E

14. (2005/CN)

Em 1835, depois de sucessivas rebeliões, desde o início do século, quase dois mil negros e mulatos insurgiram-se em Salvador, tomaram quartéis e praticamente ocuparam a cidade. Havia entre eles escravos e libertos. Eram na maioria adeptos do islamismo e de origem étnica hauçá e nagô. Lutavam pelo fim da escravidão, da propriedade particular da terra e do caráter oficial e exclusivo da religião católica. Temendo que se repetisse na Bahia a "revolução do Haiti" (as lutas dos negros haitianos contra a escravidão e a dominação colonial francesa), as autoridades usaram de extrema violência contra o movimento, que terminou com centenas de prisões, deportações e execuções sumárias.

O texto acima refere-se a uma insurreição ocorrida durante o período das regências, que ficou conhecida como a

- a) Sabinada.
- b) Insurreição Baiana.
- c) Revolta dos Malês.
- d) Balaiada.
- e) Cabanagem.

Comentários

- As alternativas A está incorreta, afinal a Sabinada foi um movimento organizado em 1838, em Salvador, pelo médico Francisco Sabino, sendo apoiado pelas camadas médias da população da capital baiana, especialmente militares.
- A alternativa B está incorreta, uma vez que não ocorreu nenhuma revolta no período regencial com tal denominação.
- A alternativa C é a resposta. A Revolta dos Malês foi um movimento organizado em 1835 por escravizados de origem muçulmana em Salvador, que objetivavam a instalação de uma ordem islâmica após promover a desarticulação das autoridades administrativas da cidade.
- A alternativa D está incorreta, pois a Balaiada foi um movimento que irrompeu no Maranhão, em 1837, sendo liderado por indivíduos das camadas populares da região, tais como o vaqueiro Raimundo Gomes, o fabricante de balaios Manuel dos Anos Ferreira e o líder de quilombo Cosme Bento.
- A alternativa E está incorreta, pois a Cabanagem foi um movimento no qual seus participantes reivindicavam o direito de escolher seus governantes.

Gabarito: C

15. (2005/CN)

Entre 1835 e 1845, ocorreu a Revolução Farroupilha na região Sul do Brasil. Esse conflito teve por origens, entre outros motivos,



- a) a abdicação de D. Pedro I, que colocou frente a frente os monarquistas gaúchos com as tropas imperiais sob o comando regencial do padre Feijó.
- b) as disparidades regionais provocadas pelo processo de descentralização política, o qual foi gerado pelo Ato Adicional de 1834 cuja aprovação foi o resultado de intensa negociação entre Moderados, os chamados Chimangos e Conservadores denominados Caramurus.
- c) A centralização político-administrativa no país que, sobretudo durante as regências, afetou de forma particular as relações políticas do Sul com o poder central, além do aumento da carga fiscal prejudicando principalmente a produção do charque.
- d) a descentralização política motivada pela revogação do Ato Adicional de 1834, revoltando as províncias que mantinham forte dependência com o governo central, o qual passou a se omitir na questão fiscal de cada região, como o foi o caso do charque gaúcho.
- e) a ascensão de D. Pedro II, que despertou a revolta das províncias que desejavam o acontecimento do regime republicano, como foi o caso de Pernambuco durante a Revolução Praieira de 1838.

Comentários

A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um movimento separatista ocorrido na província do Rio Grande do Sul, liderado por criadores de gado prejudicados com a ausência de proteção alfandegária do charque produzido no interior do país, que sofria concorrência da produção uruguaia e argentina. Além disso, os farroupilhas também questionavam a ausência de autonomia provincial, o que torna correta a alternativa C.

- A alternativa A está incorreta, pois os farroupilhas eram republicanos, o que os levou a organizar a República do Piratini, no Rio Grande do Sul, e a República Juliana, em Santa Catarina.

- As alternativas B e D estão incorretas, pois os rebeldes gaúchos criticavam a ausência de autonomia provincial.

- A alternativa E está incorreta, afinal a revolta se iniciou em 1835, cinco anos antes da ascensão de D. Pedro II ao trono brasileiro.

Gabarito: C

